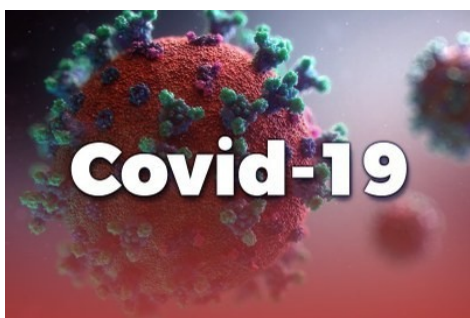




O que está sendo feito?

1. MPT e MPRO ajuízam ação contra frigorífico que registrou mais de 29 casos de covid-19



Em mais uma atuação para proteger trabalhadores de frigoríficos, o MPT e o MP em Rondônia ajuizaram ação civil pública, com pedido de tutela de urgência, buscando a adequação da filial do frigorífico da JBS no município do Vale do Guaporé (RO). A ação pede a suspensão imediata das atividades do frigorífico por 14 dias ou até que a empresa

comprove ter tomados providências para garantir a segurança dos trabalhadores e evitar a propagação do vírus.

Os MPs vinham investigando denúncias de irregularidades em procedimentos independentes, que apuravam subnotificação de casos suspeitos ou confirmados e não afastamento de trabalhadores com sintomas. Com o objetivo de aprofundar as investigações, passaram a atuar de forma conjunta. A apuração mostrou que, até segunda (25/5), havia 29 casos de covid-19 confirmados entre funcionários da empresa, muitos dos quais permaneceram trabalhando, mesmo após apresentar sintomas da infecção. [Leia mais.](#)

2. MPT pede a condenação da churrascaria Fogo de Chão por demissão em massa

O Ministério Público do Trabalho no Rio de Janeiro ajuizou ação em que pede a condenação da churrascaria Fogo de Chão pela demissão de 690 empregados durante a pandemia. Segundo o MPT, a empresa não pagou



verbas rescisórias nem justa causa, violando os direitos dos trabalhadores. A ação pede a condenação da empresa em R\$ 70 milhões por danos morais coletivos e a reversão da verba para o combate ao coronavírus.

3. Boletim traz informações sobre combate à corrupção no contexto da pandemia

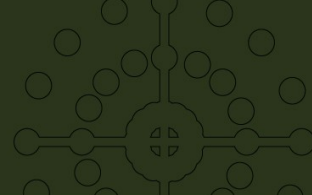
A Câmara de Combate à Corrupção do MPF (5CCR) lançou nessa terça-feira (26) a primeira edição do Boletim 5a CCR - Combate à Covid-19. O objetivo do informe é reunir, semanalmente, notícias, estatísticas, ferramentas e outras informações pertinentes à atuação do MPF acerca de ações realizadas pelo poder público no enfrentamento da crise do novo coronavírus. A iniciativa segue diretriz do Giac, e a primeira edição aborda, entre outros assuntos, recomendações para transparência de contratações emergenciais, competência dos órgãos de controle na fiscalização de recursos federais repassados na modalidade fundo a fundo e possíveis fraudes praticadas por beneficiários do auxílio emergencial. O boletim está disponível na intranet do MPF.

4. MPTO, MPF e Funai discutem medidas para proteger comunidades indígenas do Tocantins

O Ministério Público do Tocantins (MPTO), o MPF e a Fundação Nacional do Índio (Funai) realizaram videoconferência, nesta quarta (27), com os prefeitos de municípios onde existem aldeias indígenas a fim de discutir um plano de auxílio aos povos do Tocantins. Além de debater a distribuição de cestas básicas para garantir a segurança alimentar dos indígenas, foram discutidos a necessidade de teste para os casos suspeitos de covid-19, e os fluxos e planos de contingência destinados a essas populações. [Leia mais.](#)

5. MPRJ recomenda ao Município de Teresópolis que adote medidas em relação a idosos

O Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ) expediu recomendação ao prefeito de Teresópolis para adoção de medidas administrativas que garantam estabelecimento público ou privado de alojamento de idosos e pessoas com deficiência (abrigadas) com suspeita ou contaminação pelo



BOLETIM

novo coronavírus, que não necessitem de internação médica. O documento pede que os locais estejam adequadamente mobiliados e equipados, além de outras medidas de prevenção da disseminação do vírus, como a substituição imediata dos profissionais de saúde que atuam nas instituições de acolhimento, caso apresentem sintomas da covid-19. [Leia mais.](#)